

DIRIGIR & FORMAR

O FUTURO DO TRABALHO

Direitos Sociais

Repensar o
presente para
construir um futuro
com mais justiça social

Diálogo social, a construção do
futuro do trabalho

Igualdade de género: desafios que
se colocam no plano laboral

Promoção da empregabilidade dos jovens
licenciados



1 TEMA DE CAPA

- 04 **O futuro do trabalho. Que mudanças iremos observar nas próximas décadas. Com que ferramentas as iremos defrontar?** | Antonio Rial Sánchez
- 11 **Condições de trabalho de uma perspectiva global** | Catarina Braga
- 15 **Valorização e desvalorização social do trabalho na época contemporânea** | João Paulo Avelãs Nunes
- 19 **Diálogo social e futuro do trabalho** | Hermes Augusto Costa
- 24 **A emergência de uma consciência social em torno do trabalho digno** | Lídia Matos Almeida, José Rabaça, Joaquim Armando Pereira
- 29 **O futuro do trabalho ou um outro paradigma de trabalho? Um debate renovado pela questão dos direitos sociais** | Liliana Cunha, Marta Santos, Marianne Lacomblez
- 32 **Mulheres e homens no mundo do trabalho – Uma igualdade desigual** | Lina Coelho
- 36 **Tempo do trabalho – alterações ao Código do Trabalho e atuais desafios** | Glória Rebelo
- 41 **Parceria Portugal/OIT – Contribuições portuguesas para programas operacionais da OIT** | Paulo Bárcia



2 DOSSIER

JOVENS: QUALIFICADOS PARA TRABALHAR?

- 46 **A segmentação geracional do mercado de trabalho: causas e soluções** | Paulo Marques
- 49 **Jovens: do ensino superior para o mercado de trabalho** | André Monteiro, Carlos Gonçalves, Paulo Jorge Santos
- 53 **Preparados para trabalhar? Um estudo com diplomados do ensino superior e empregadores** | Ana Paula Marques
- 57 **As transições protagonizadas pelos jovens: educação, mercado de trabalho e família** | Margarida Chagas Lopes



3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

TEMAS DE GESTÃO

- 61 **Um grupo, uma família. Entrevista ao Grupo José Pimenta** | Maria Fernanda Gonçalves

TEMAS DE FORMAÇÃO

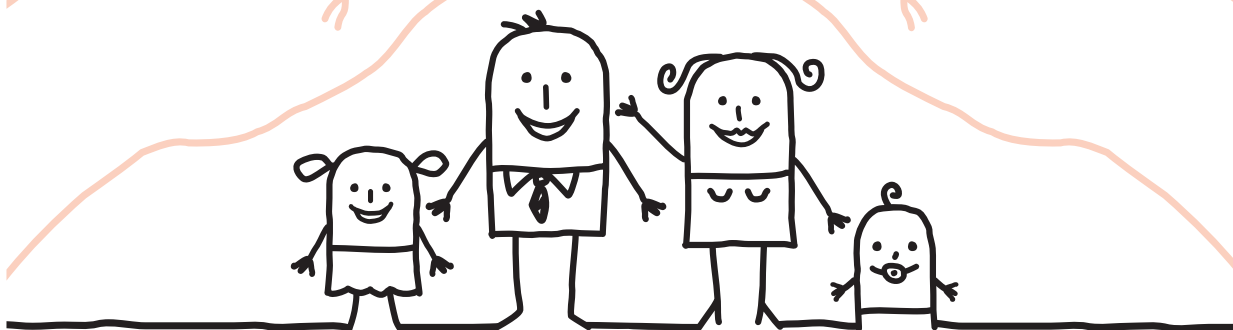
- 65 **O futuro do trabalho e a educação e formação de adultos em Portugal** | Alessia Forti, Glenda Quintini
- 70 **As pessoas no trabalho de hoje e do futuro – breves reflexões a partir das ciências da formação** | Luís Alcoforado
- 74 **Work4all – trabalhar para incluir** | Florbela Nunes, Custódio Alexandre, Carmen Nunes



4 EUROPA EM NOTÍCIAS

- 78 **Pilar europeu dos direitos sociais** | Nuno Gama de Oliveira Pinto

PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS



NUNO GAMA DE OLIVEIRA PINTO, Investigador, Professor
Universitário (CEI/ISCTE-IUL; UAb). Investigador Associado (IPRI-UNL).



ENGIRISCO

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi apresentado pela Comissão Europeia em abril de 2017, sendo mais tarde proclamado pelos Estados-membros da União Europeia na Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, realizada em novembro, em Gotemburgo. Define 20 princípios e direitos essenciais que visam assegurar a equidade e o bom funcionamento dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social na União Europeia.

PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS¹

20 PRINCÍPIOS DIVIDIDOS EM TRÊS DOMÍNIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I: Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

1. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida
2. Igualdade entre homens e mulheres
3. Igualdade de oportunidades
4. Apoio ativo ao emprego

Capítulo II: Condições de trabalho justas

5. Emprego seguro e adaptável
6. Salários
7. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento
8. Diálogo social e participação dos trabalhadores

9. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada
10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção de dados

Capítulo III: Proteção e inclusão sociais

11. Acolhimento e apoio a crianças
12. Proteção social
13. Prestações por desemprego
14. Rendimento mínimo
15. Prestações e pensões de velhice
16. Cuidados de saúde
17. Inclusão das pessoas com deficiência
18. Cuidados de longa duração
19. Habitação e assistência para os sem-abrigo
20. Acesso aos serviços essenciais

No âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Comissão Europeia apresentou recentemente uma proposta de recomendação ao Conselho relativa ao acesso à proteção social para os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria.

A iniciativa da Comissão procura ir ao encontro das preocupações e dos objetivos definidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em especial no que se refere aos trabalhadores que, devido à sua situação no emprego, não se encontram suficientemente cobertos por regimes de segurança social.

A proposta apresentada pela Comissão Europeia prevê:

- colmatar lacunas de cobertura formal, garantindo que os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores por conta própria, em condições comparáveis, possam aderir aos sistemas de segurança social correspondentes;
- oferecer a estes trabalhadores uma cobertura, eficaz e adequada, para que possam constituir e reclamar os direitos que lhes são devidos;
- facilitar a transferência dos direitos de segurança social de um emprego para outro;
- dar aos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria informações transparentes sobre os seus direitos e obrigações em matéria de segurança social.

Desde o lançamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Comissão Europeia tem vindo a apresentar um conjunto de iniciativas em áreas fundamentais para a sua consolidação, nomeadamente em matéria de saúde e segurança no trabalho, transparência e previsibilidade das condições de trabalho, e sobre o acesso aos regimes de proteção social. No entanto, embora a maior parte das questões relativas à política social em que a União Europeia tem poderes de ação estejam já sujeitas a votação por maioria qualificada, o que permitiu a construção, ao longo dos últimos anos, de um acervo social considerável, um número limitado de áreas continua a requerer decisões por unanimidade no Conselho e processos legislativos especiais, em que o Parlamento Europeu não tem um papel igual ao do Conselho, enquanto órgão codecisor. Designadamente nos seguintes domínios:

- não discriminação com base em diferentes motivos (sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual);
- segurança social e proteção social dos trabalhadores (exceto em situações transfronteiras);

- proteção dos trabalhadores contra os despedimentos;
- representação e defesa coletiva dos interesses dos trabalhadores e dos empregadores;
- condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente na União Europeia.

O facto de existir voto por maioria qualificada, e por unanimidade, em certos domínios de intervenção levou a um desenvolvimento desigual do acervo em matéria de política social.

Embora as normas de proteção sejam, de um modo geral abrangentes, subsistem ainda lacunas em diversos domínios. Além disso, os processos legislativos especiais não conferem ao Parlamento Europeu um papel igual e preponderante enquanto codecisor, sendo apenas consultado nestes casos.

Neste sentido e numa comunicação recente, a Comissão Europeia defendeu um recurso mais frequente à votação por maioria qualificada no domínio da política social, possibilidade que se encontra prevista nos Tratados da União Europeia para vários domínios específicos, através das denominadas «cláusulas-ponte».

Estas cláusulas permitem a passagem da regra da unanimidade para a votação por maioria qualificada em determinadas circunstâncias. No entanto, para poderem ser ativadas o Conselho Europeu terá de decidir por unanimidade, de acordo com o artigo 48.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia, sem objeção dos parlamentos nacionais e com o consentimento do Parlamento Europeu.

«Para responder aos desafios da mudança nas nossas sociedades e nos mercados de trabalho, precisamos de um processo decisório atempado, flexível e eficiente em matéria de política social», sublinhou Valdis Dombrovskis, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelo Euro e Diálogo Social, a Estabilidade Financeira, os Serviços Financeiros e a União dos Mercados de Capitais. No discurso proferido sobre o estado da União, em 2018, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, anunciou uma revisão exaustiva de todas as «cláusulas-ponte» previstas nos Tratados da União Europeia. Com base nesta tomada de posição foram adotadas três comunicações. Uma sobre política externa e de segurança comum (em setembro de 2018), outra em matéria de fiscalidade (em janeiro de 2019) e a terceira sobre energia e clima (em abril de 2019).

A comunicação sobre as «cláusulas-ponte» no domínio da política social é, assim, a quarta a ser apresentada.

Como primeiro passo, a Comissão Europeia propõe considerar a utilização deste instrumento para facilitar a tomada de

decisões em matéria de não discriminação, o que contribuiria para reforçar a igualdade na proteção contra a discriminação. A utilização de «cláusulas-ponte» poderia igualmente ser considerada num futuro próximo para adotar recomendações no domínio da segurança social e da proteção social dos trabalhadores, o que contribuiria para orientar o processo de modernização e convergência dos sistemas de proteção social.

A passagem para a votação por maioria qualificada não implica, segundo a Comissão Europeia, alterações ao nível das competências. O âmbito e as condições para o exercício dos poderes da União Europeia permaneceriam intactos, assim como os Estados-membros continuarão a ser responsáveis por determinar as características dos seus próprios sistemas de proteção social.

CIMEIRA SOCIAL TRIPARTIDA

Na recente Cimeira Social Tripartida, realizada em março, em Bruxelas, o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos voltou a chamar a atenção para o facto de a União Europeia «estar a falhar na sua missão de assegurar que o trabalho é garante de uma vida digna. É urgente transformar o nosso continente num lugar melhor para viver e trabalhar. A resposta passa por mais investimento público e privado, por uma verdadeira política industrial, uma tributação progressiva e justa, sem evasão ou elisão fiscais em grande escala, e que possibilite, em cada Estado-membro, negociações entre empregadores e sindicatos para aumentar os salários, dinamizar a produtividade e combater as desigualdades», salientou Luca Visentini.

A cimeira realiza-se duas vezes por ano, nas vésperas dos Conselhos Europeus da primavera e do outono, estando presentes as organizações sindicais e patronais europeias, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) e os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais dos países que detêm a presidência do Conselho da UE e dos que a irão exercer no semestre seguinte.

No Pilar Europeu dos Direitos Sociais assume particular importância a inclusão de um painel de indicadores sociais, que monitoriza a sua execução mediante o acompanhamento das tendências e dos desempenhos dos vários Estados-membros da União Europeia em 12 áreas fundamentais. Os dados disponibilizados pelo painel de indicadores sociais são também relevantes no quadro do Semestre Europeu. Instituído em 2010, o Semestre Europeu é um ciclo de coordenação das políticas económicas e orçamentais na União Europeia, centrando-se nos primeiros seis meses de cada ano.

No âmbito deste ciclo de coordenação, os Estados-membros procedem ao alinhamento das políticas orçamentais e económicas nacionais pelas regras e objetivos fixados a nível da União Europeia, tendo recentemente os relatórios por país passado a incluir igualmente uma avaliação da situação económica e social no contexto do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (nomeadamente, através da análise das medidas tomadas e dos progressos registados a nível nacional; da prestação de assistência técnica, de exercícios de avaliação comparativa e intercâmbio de boas práticas; e da análise dos diferentes desempenhos em matéria social e de emprego).

PAINEL DE INDICADORES SOCIAIS

I. Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado do trabalho


1. Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
2. Igualdade de género no mercado do trabalho
3. Desigualdade e mobilidade ascendente
4. Condições de vida e pobreza
5. Juventude

II. Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas

6. Estrutura da população ativa
7. Dinâmica do mercado de trabalho
8. Rendimentos, incluindo os ligados ao emprego

III. Apoio público/Proteção e inclusão social

9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza
10. Estruturas de acolhimento na primeira infância
11. Cuidados de saúde
12. Acesso digital

Procura-se, assim, refletir as prioridades definidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais no ciclo de coordenação do Semestre Europeu, tendo por referência o Painel de Indicadores Sociais que acompanha as tendências e os desempenhos dos Estados-membros da União Europeia nos três domínios de princípios inscritos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. 

¹Informação detalhada em:
https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_pt